



## Gestão ambiental é desafio para as cidades, alertam especialistas

Waldemir Barreto/Senado Federal



Subprocurador-geral Mario Gisi (E) demonstra preocupação com os municípios na audiência presidida por Acir Gurgacz (C)

Capacidade dos municípios foi questionada em audiência sobre projeto de lei que aguarda sanção e redefine competências dos entes federativos no licenciamento ambiental

**S**ubprocurador-geral da República e o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil demonstraram, em audiência pública no Senado, preocupação com a estrutura dos municípios para cumprir tarefas determinadas em projeto de lei aprovado

pelo Congresso.

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Acir Gurgacz, pediu à presidente Dilma Rousseff que sancione integralmente o projeto, argumentando que ele contribui para pôr fim à insegurança jurídica que ainda existe no setor. **3**

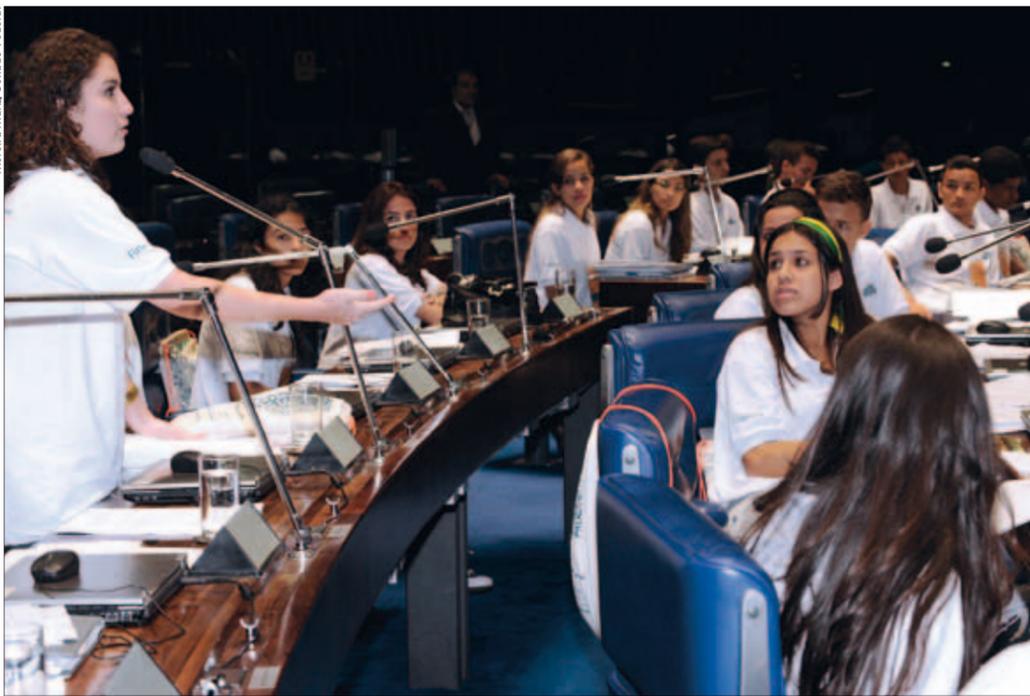
**Collor critica excesso de poder de líderes partidários**

**Mozarildo cobra agilidade do Legislativo e do Judiciário**

**Jorge Viana comenta avaliação positiva do país**

4

Moreira Mariz/Senado Federal



Jovens senadores participam de simulação do trabalho legislativo no Plenário do Senado: educação para a democracia

### Estudantes concluem seus "mandatos" no Senado

Na sexta-feira, 27 adolescentes de todo o Brasil chegaram ao fim da experiência como jovens senadores. Durante três dias, participaram de uma simulação das atividades legislativas do

Senado. As 21 propostas que aprovaram deverão ser analisadas, de verdade, pela Casa. Essa é a primeira edição do Projeto Jovem Senador, que deverá se repetir todos os anos. **2**

José Cruz/Senado Federal



Pesquisa é da organização Andi, em parceria com Comunicação do Senado

### "Aspecto político dominou as notícias sobre Código Florestal"

A imprensa deu mais atenção à disputa política do que à questão ambiental durante a votação do projeto do

novo Código Florestal na Câmara, concluiu pesquisa da Andi apresentada em oficina para jornalistas. **3**

Alunos chegam ao fim da "legislatura" com três propostas de emenda à Constituição e 18 projetos de lei aprovados

# Projetos de jovens senadores seguem para comissão

TEMAS COMO SEGURANÇA, ambiente, saúde e educação estão incluídos nas 21 proposições aprovadas na sexta-feira no Plenário do Senado. Trata-se de três propostas de emenda à Constituição (PECs) e de 18 projetos de lei votados pelos jovens senadores, alunos da rede pública que trabalharam como parlamentares no Senado. As matérias agora vão para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). – Os senadores daquele colegiado vão analisar essas sugestões e poderão apresentá-las como projetos. Isso me entusiasma muito. É a juventude brasileira interferindo no nosso ordenamento jurídico – afirmou a secretária-geral da Mesa, Clau-

dia Lyra, que orientou os alunos. Os 27 estudantes que participam do Projeto Jovem Senador têm entre 16 e 19 anos e cursam os últimos anos do ensino médio em escolas públicas. Uma das propostas que geraram mais discussão foi o projeto do jovem senador Carlos Vinicius Araujo, que prevê como crime a invasão de computadores. O relator, jovem senador Wagner Ramon Ferreira, disse que o acesso não autorizado a computadores é um problema enfrentado inclusive por órgãos públicos. O Programa Senado Jovem, amparado pela Resolução 42/10, estimula o relacionamento permanente dos jovens cidadãos com o Senado.



Cristovam Buarque fala na última sessão plenária dos jovens senadores

## No último dia do programa, alunos aprendem sobre Código Florestal

Os 27 jovens senadores – estudantes finalistas do IV Concurso de Redação do Senado, que por três dias trabalharam em Brasília como se fossem parlamentares – despediram-se na sexta-feira de suas "funções legislativas". Nos três dias, eles apresentaram 20 projetos de lei e três propostas de emenda à Constituição. As sugestões serão analisadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A simulação das atividades legislativas do Projeto Jovem Senador e a quarta edição do Concurso de Redação do Senado Federal fazem parte do Programa Senado Jovem Brasileiro, voltado para jovens de 16 a 19 anos

matriculados nos dois últimos anos do ensino médio de escolas públicas estaduais de todo o país. Na sexta-feira, os jovens senadores se reuniram com a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra. No encontro, discutiram a experiência. – Há muitos anos que pretendia trabalhar com a juventude, para ajudar a construir a cidadania. Vocês, juntamente com este projeto, são meus filhos – disse. Ao fim do encontro, os jovens parlamentares tiveram aula sobre o projeto do novo Código Florestal. A professora foi a consultora legislativa Carmen Rachel Scavazzini, especialista na área ambiental.

## Correção

O *Jornal do Senado* cometeu três equívocos na edição da última sexta-feira:

1. Na página 2, foi incluída na Agenda a cerimônia de comemoração ao Dia da Bandeira, que na verdade estava marcada para sábado, como informa a matéria "Congresso celebra Dia da Bandeira neste sábado", à página 7.
2. Na página 6, a reportagem

"Mesa pode examinar hoje relatório de Cícero Lucena sobre mandato de Capiberibe", a reunião foi marcada para esta sexta-feira, dia 25, podendo ainda ocorrer na segunda, 28.

3. Na página 4, o senador Paulo Davim (PV-RN) foi identificado com uma fotografia do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Veja, ao lado, a imagem correta.



Senador Paulo Davim

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Segunda-feira

#### Plenário Consciência negra

11h Comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra e de um ano do Estatuto da Igualdade Racial. Às 14h, sessão não deliberativa.

#### Presidência Indústria maranhense

19h30 José Sarney participa da comemoração dos 43 anos da Federação das Indústrias do Maranhão e recebe o Grande Colar da Ordem do Mérito Industrial, em São Luís.

#### CMA Relatório final

10h Leitura do relatório do novo Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente.

#### CRE Reforço à paz

18h A Comissão de Relações Exteriores debate o papel das Forças Armadas em missões de paz.

### Terça-feira

#### CAS Saúde suplementar

9h A Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde discute saúde suplementar.

#### CDH Motoristas

9h Comissão debate condições de trabalho dos motoristas profissionais.

#### CCJ Juventude

10h Comissão promove debate com especialistas sobre o Estatuto da Juventude.

#### CAE Pagamento de dívidas

10h Projeto permite a contratação de empréstimos para regularizar situação de inadimplência.

#### CE Bullying

11h A pauta da Comissão de Educação inclui projeto que trata do combate ao bullying nas escolas.

### CRA Emendas

11h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária vota emendas à Lei Orçamentária de 2012.

### CDR Acidentes

14h Debate sobre acidentes aéreos com o ministro da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt.

### CRE Orçamento 2012

14h Votação de emendas da Comissão de Relações Exteriores ao Orçamento de 2012.

### Quarta-feira

#### CAS Segurança alimentar

9h Na pauta, projeto sobre prorrogação de acordo coletivo e sobre crime contra segurança alimentar.

#### CCT Informações do consumidor

9h Vota projeto que garante ao consumidor acesso, via internet, a informações sobre inadimplência.

#### CI Peças de veículos

9h Na pauta, projeto que obriga fabricante de veículo a incluir no manual lista das peças principais.

#### Copa Sustentabilidade

14h Tema será debatido com Laura Macedo, do Ministério do Meio Ambiente, entre outros.

#### Clima Áreas de risco

14h Desastres naturais, defesa civil e áreas de risco são tema de debate sobre mudanças climáticas.

### Quinta-feira

#### CAS Combate às drogas

9h Membros de subcomissão fazem relato de viagem à Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal.

#### CPI do Ecad Regulação

10h Comissão ouve o coordenador-geral de Regulação em Direitos Autorais do MEC, Cristiano Lopes.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao) – Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Meio Ambiente (CMA). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney  
 1º vice-presidente: Marta Suplicy  
 2º vice-presidente: Waldemir Moka  
 1º secretário: Cícero Lucena  
 2º secretário: João Ribeiro  
 3º secretário: João Vicente Claudino  
 4º secretário: Ciro Nogueira  
 Suplentes de secretário:  
 Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### Presidência da Sessão

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Cristovam Buarque

### Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
 Chefia de Reportagem:  
 Teresa Cardoso e Milena Galdino  
 Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
 Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# JORNAL DO SENADO

## Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
 Editor-chefe: Flávio Faria  
 Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos  
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer  
 Reportagem: Cíntia Sasse  
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
 Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez  
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

\* Licenciado

## Rolleberg: novo Código Florestal exige diálogo

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) defendeu, na sexta-feira, o diálogo em torno da proposta do novo Código Florestal em tramitação no Senado (PLC 30/11).

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), ele disse que o relatório do projeto será votado na próxima quarta-feira e deve ser um texto "bom para o Brasil".

– Não será o meu código dos sonhos, mas deve ser um código equilibrado, que reflita a média da opinião dos parlamentares e que atenda às expectativas do povo brasileiro – afirmou o senador.

Para isso, Rolleberg destacou a importância das audiências públicas realizadas pelo Senado com o intuito de ouvir a opinião de especialistas e da sociedade civil sobre o tema.

– Nosso desafio é muito grande, pois temos que conciliar a preservação ambiental e o aumento da atividade econômica – declarou.

O parlamentar disse que já está pensando em uma agenda de discussão para depois do Código Florestal.

Na opinião do senador, há temas preocupantes e estratégicos, que precisam ser debatidos pelo Poder Legislativo e pela sociedade, como a segurança alimentar, a excessiva dependência de insumos importados (principalmente nitrogênio, fósforo e potássio), os mecanismos de incentivo à preservação ambiental e o investimento em tecnologia.

– Segundo a Embrapa, nos últimos 30 anos, o aumento da área plantada no Brasil foi de 45,8%, entretanto o incremento da produção foi muito maior, graças à ciência e à tecnologia – exemplificou.

Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária afirma que municípios brasileiros ainda não têm planejamento para exercer o papel que lhes é atribuído em projeto aprovado no Congresso a ser sancionado pela presidente Dilma

# Especialistas dizem que cidades devem se estruturar para a gestão ambiental

OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS estão diante do desafio de se estruturar melhor para exercer o seu papel no licenciamento ambiental, devido à perspectiva de sanção do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 1/10, que redefine competências da União, estados e municípios no setor. O alerta foi feito sexta-feira por Rodrigo Justus, assessor técnico da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), durante debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

– As cidades não têm planejamento para reger atividades que hoje acabam sendo licenciadas pelo estado. Um dos desafios é como estruturar os municípios – afirmou.

Christina Aires Corrêa Lima, advogada da Confederação Nacional da Indústria, acrescentou que são os municípios que têm a melhor condição de avaliar, executar e fiscalizar os projetos ambientais, "pois o Ibama não chega aos rincões do Brasil".

– O pior cenário é o que vivemos hoje. O governo federal, quando precisa aprovar obras grandes, como as da Copa, faz normas específicas porque não consegue cumprir as normas que existem. Isso é uma prova

de que a legislação não é adequada – disse Christina.

A regulamentação das competências ambientais entre as instâncias da Federação era esperada há mais de 20 anos, lembrou a representante da CNI. Segundo ela, a indefinição de normas levou à judicialização dos processos de licenciamento ambiental, multas exageradas, insegurança jurídica do empreendedor e do próprio órgão ambiental que aplica as punições. Ela comemorou o fato de o projeto aprovado pelo Congresso

apresentar mecanismos para solucionar conflitos.

No que se refere à aplicação de sanções, o representante da CNA defendeu mais investimentos na gestão e na educação ambientais, bem como na fiscalização preventiva, para que depois sejam aplicadas as sanções cabíveis. Ele entende que as infrações de valor elevado devem ser destinadas apenas àqueles que não pretendem se adequar à legislação. O especialista observou que o projeto a ser sancionado avança bastante

em relação à gestão ambiental.

Na audiência, o presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu à presidente Dilma Rousseff que sancione integralmente o PLC 1/10, por entender que a proposta contribui para pôr fim à insegurança jurídica que ainda existe no setor.

O projeto foi aprovado pelo Plenário do Senado no dia 26, com 49 votos a favor, 7 contra e 1 abstenção.

Também foram aprovadas emendas de redação de Romero Jucá (PMDB-RR).

## Ibama acredita em agilização do licenciamento

A representante do Ibama, Moara Menta Giasson, reconheceu que a autarquia terá que se estruturar para exercer a fiscalização de novos e pequenos empreendimentos ambientais, conforme previsto no projeto de lei. Ela observou que o texto não retira a competência do Ibama para fiscalizar e que a aplicação da nova lei não vai diminuir o trabalho do instituto.

– Talvez [haja] um pequeno caos instalado inicialmente, mas o que a gente quer é um processo de licenciamento ágil

e bem feito, que garanta o mínimo de impacto – afirmou.

Moara frisou que cada órgão precisa se estruturar para promover a proteção ambiental seguindo a Constituição.

Para o subprocurador-geral da República Mario José Gisi, o projeto foi um avanço para a definição das competências, sobretudo com a inclusão definitiva dos municípios. Ele advertiu, porém, que a proposta preocupa no que se refere à capacidade dos municípios em exercer as atribuições.

– Todos os empreendimentos

no Brasil estão dentro de municípios. Precisam ser pensados e considerados para que o poder público consiga dar resposta à altura – afirmou.

Outra preocupação do subprocurador é a criação de comissões tripartites, que contariam eventualmente com representantes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Ele observou que a definição das tipologias ambientais que ficarão a cargo dos entes federados também poderá suscitar questionamentos jurídicos futuros.



Mario José Gisi, Christina Aires Corrêa Lima, Acir Gurgacz e Rodrigo Justus de Brito ouvem, na audiência, a assessora técnica do Ibama, Moara Menta Giasson

## Pesquisa mostra que disputa política dominou noticiário sobre Código Florestal

A imprensa deu maior atenção à disputa política do que à questão ambiental durante a votação do projeto de reforma do Código Florestal na Câmara. Essa é a conclusão de pesquisa realizada pela organização Andi – Comunicação e Direitos, cujos resultados foram apresentados na sexta-feira por Geraldinho Vieira, membro do Conselho da entidade, em *workshop* para jornalistas realizado em parceria com a Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secs).

– Foi uma cobertura que ficou o tempo inteiro sob a névoa do que a gente chama de ambiente político. A política pública em questão ficou sempre em segundo plano – avaliou.

Como exemplo, ele citou a troca de acusações entre partidos e as manobras da base aliada do governo durante a

votação da matéria. A Câmara aprovou o texto do relatório do então deputado Aldo Rebelo no dia 24 de maio.

Na pesquisa, foram analisadas 973 matérias publicadas entre 1º de abril e 15 de junho de 2011. Foram considerados 17 grandes jornais do país, sendo que cerca de 50% das matérias analisadas

foram publicadas em cinco jornais: *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo*, *O Globo*, *Valor Econômico* e *Correio Braziliense*.

Convidado para o debate, o consultor Tasso Azevedo disse que a reforma do código foi motivada pela insatisfação de cadeias produtivas do agronegócio com o Decreto 6.514/08,

que estabeleceu penalidades pelo descumprimento de leis ambientais. Por isso, o texto aprovado na Câmara determina que serão regularizadas as atividades agropecuárias consolidadas em áreas protegidas até a data do decreto (22 de julho de 2008). Para ele, a discussão tem falsas premissas, como a de que

o Brasil tem leis ambientais mais restritivas que os outros países, os quais teriam menores áreas com cobertura florestal.

– O Japão, por exemplo, tem 67% de cobertura florestal e o Brasil tem 56%. No pós-guerra, o Japão tinha 29% de cobertura florestal e, no mesmo período em que triplicou a produção de alimentos e se tornou a segunda maior economia do mundo, chegou a 67% de cobertura florestal. Mesmo países emergentes, como China e Índia, têm legislações de florestas mais radicais.

Gerd Sparovek, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), sugeriu que o texto incorpore distinção entre situações de consolidação do uso em área de preservação e situações de regularização.



Geraldinho Vieira (D) apresenta resultados de pesquisa de conteúdo realizada pela Andi em 973 matérias de 17 jornais

Além da redução do poder das lideranças, senador defende o fim das emendas individuais ao Orçamento, a diminuição do número de comissões temáticas e a regulamentação do lobby

## Collor: "ditadura dos líderes" enfraquece o Parlamento

PARA RESGATAR SEU papel, o Parlamento precisa mudar, dando fim às emendas individuais ao Orçamento, fortalecendo as comissões temáticas e regulamentando o lobby. A avaliação foi de Fernando Collor (PTB-AL), que criticou a "ditadura das lideranças no Congresso".

O senador acredita que os líderes partidários têm poder excessivo e, ao definirem a urgência de determinados projetos em detrimento de outros, acabam por não respeitar as minorias partidárias.

– Os líderes se reúnem e decidem por nós, o que impede que o debate seja feito de forma clara e aberta. O Congresso não pode se submeter à "ditadura dos líderes" e nem a ninguém. Apenas ao povo brasileiro.

Collor também defendeu o cumprimento da Constituição e dos regulamentos legislativos, além da criação de um órgão de controle das normas regimentais.

– No atual contexto, as maiorias e as direções da Casa



Fernando Collor diz que suas propostas visam fortalecer o Poder Legislativo

observam os regimentos quando lhes convém – disse, citando a tese de mestrado *O Revigora-mento do Poder Legislativo: uma agenda para o século 21*, de Cristiana De Santis Mendes de Farias Mello.

### Lobby

Ao resumir a dissertação, Collor ressaltou a necessidade

de regulamentação do lobby – a pressão que grupos de interesse exercem sobre o Legislativo em prol de suas agendas. O objetivo é incrementar a base de informações para a tomada de decisão e pluralizar o debate, tornando-o mais legítimo.

– Deixar o lobby às sombras é negativo na medida em que alguns grupos terão acesso privilegiado a tomadores de decisão, ao passo que outros não serão escutados, em prejuízo da legitimidade das decisões – afirmou.

Quanto às emendas orçamentárias, Collor assinalou que o atual caráter autorizativo precisa ser modificado, além de eliminar restrições à apresentação de emendas coletivas.

Outro mecanismo para fortalecer o Legislativo e a participação da sociedade é a valorização das comissões temáticas, o que necessariamente passaria pela redução do número de comissões e pela ampliação do número de projetos que tramitam em caráter terminativo, concluiu.



Senador analisa baixos índices de desempenho escolar e social

### Cristovam aponta efeitos da falta de educação básica

Os fatos de o Brasil ser a sétima maior economia, ocupar o 84º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ter universidades com Índice Geral de Cursos (IGC) insuficiente e assistir à tomada da favela da Rocinha pela polícia do Rio de Janeiro foram vinculados por Cristovam Buarque (PDT-DF) à falta de investimentos na educação básica.

A melhora das universidades não depende, a seu ver, de mais doutores, mas de haver estudantes da educação básica mais bem preparados. Considerada apenas a educação, o Brasil ocuparia o 115º lugar no IDH, disse.

Cristovam apontou ainda que os estudantes brasileiros permanecem na escola o mesmo número de anos dos estudantes de Gana.

No entanto, afirmou, o Brasil tem renda média anual per capita de US\$ 10 mil, e Gana, US\$ 2.500.



Senadora comenta dados do Censo e aponta distorções sociais

### Lúcia Vânia: país cresceu, mas vida precisa melhorar

O crescimento da economia do país não está representando melhoria na qualidade de vida do povo brasileiro. O alerta é de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que comentou os números do Censo, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

– Não podemos correr o risco de a economia crescer sem reflexo nas condições de vida da população, como ocorreu no período da ditadura – afirmou.

Lúcia Vânia destacou a situação das mulheres, que comandam quatro de cada dez famílias. Em 61% dos lares, o chefe ainda é o homem, mas o número de mulheres que assume esse papel dobrou nos últimos dez anos. A renda feminina, porém, é em média 42% menor.

– O melhor caminho para corrigirmos tais distorções continua sendo a educação.

## Mozarildo critica lentidão de Legislativo e Judiciário



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apontou a inércia das instituições públicas para enfrentar questões sob sua responsabilidade. Ele citou a demora do Legislativo para decidir sobre projeto que regulamenta a atuação das organizações não governamentais (ONGs) e a lentidão do Judiciário

para concluir o exame de processo que pode resultar na cassação do governador de Roraima, Anchieta Júnior.

O parlamentar informou que o projeto (PL 3.877/04), depois de aprovado pelo Senado, tramita há sete anos na Câmara dos Deputados. Quanto ao processo do governador Anchieta Júnior, Mozarildo disse que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) finalmente deve julgar o caso amanhã, dia 22.

Trata-se de recurso apresentado pelo governador e seu vice, Chico Rodrigues, contra a cassação de seus mandatos determinada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado.

## Jorge Viana: cresce nota do crédito soberano do país



Jorge Viana

O Brasil "é a maior referência mundial de crescimento com inclusão", disse Jorge Viana (PT-AC), ao comentar a elevação da nota do crédito soberano do país pela agência de classificação de risco Standard & Poor's – ou seja, melhorou a avaliação quanto à capacidade de o governo brasileiro pagar suas dívidas. "O Brasil está sendo promovido enquanto o mundo está sendo rebaixado", acrescentou o senador, referindo-se à crise econômica que afeta boa parte do planeta desde 2008. Viana lembrou que a Standard & Poor's elevou a nota do Brasil para o chamado grau de investimento em abril de 2008, meses antes do início da crise econômica mundial. Ao afirmar que a situação atual é resultado de um processo, ele lembrou a estabilidade monetária conquistada no governo de Fernando Henrique Cardoso, a conciliação entre crescimento e inclusão social no governo Lula e acrescentou que "também temos de agradecer à presidente Dilma".

## Vicentinho lembra 20 anos do MPF no Tocantins



Entidade vai inaugurar oficialmente a sua nova sede, diz Vicentinho

O Ministério Público Federal completou, na última sexta-feira, 20 anos no Tocantins.

Vicentinho Alves (PR-TO) afirmou que, nesse período, passaram pelo órgão vários procuradores e procuradoras que prestaram relevantes serviços ao povo tocaninense.

Ele lembrou que, no mesmo dia, a entidade inauguraria sua nova sede no estado.

Alves ressaltou que, entre os convidados, estava prevista a presença do procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

O senador elogiou a atuação do procurador-chefe do Ministério Público Federal no Tocantins, João Gabriel Moraes, e dos demais procuradores.

## ACONTECEU NAS COMISSÕES

### Pauta com projetos importantes dividiu atenção com audiência para ouvir Lupi

Em semana encurtada pelo feriado da República, na terça-feira, as comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Agricultura (CRA) dominaram as atenções. Na CAS, além da análise de projetos, a audiência com o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, movimentou a agenda.

Lupi foi ouvido na comissão, na quinta-feira, sobre denúncias de irregularidades em sua gestão. Suas explicações sobre as denúncias de favorecimento a ONGs não convenceram a oposição e dividiram até senadores do seu partido, o PDT. Pedro Taques (MT)

defendeu a saída do ministro para facilitar as investigações. Acir Gurgacz (RO), no entanto, disse que Lupi saiu fortalecido da reunião.

No dia anterior, a CAS aprovou longa relação de projetos. Entre eles, o que impede o empregador de demitir por justa causa o trabalhador que apresentar embriaguez habitual ou em serviço, do então deputado Roberto Magalhães, que teve substitutivo do senador Paulo Bauer (PSDB-SC); o que prevê pagamento de adicional de periculosidade para os motociclistas (PLS 193/03), do senador Marcelo

Crivella (PRB-RJ); e o que permite o uso do FGTS para reforma de residências próprias, com objetivo de oferecer acessibilidade a pessoas com deficiência. Essa proposta (PLS 174/10) é do presidente da CAS, Jayme Campos (DEM-MT).

Também na quarta-feira, passou na CCJ o PLC 191/10, que institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron). A matéria gerou polêmica entre os senadores da comissão, já que a continuidade da construção de usinas nucleares no país está sendo questionada. O proje-

to acabou acolhido, porque tem como objetivo assegurar o planejamento, a coordenação e a execução de ações destinadas a proteger a população, os trabalhadores em atividades nucleares e o meio ambiente. A proposta será examinada, agora em caráter terminativo, pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

A CCJ aprovou ainda, entre outras, as seguintes propostas: unificação das datas de posse de deputados estaduais e distritais em 1º de fevereiro (PEC 38/11); destinação das multas de trânsito exclusivamente para campanhas

educativas (PLS 579/11); e criação da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PLS 258/10), que tem como objetivo melhorar as condições de vida do trabalhador do campo.

Na reunião da CRA, na quinta, o destaque foi o projeto que concede isenção de IPI para compra de insumos a serem utilizados na agricultura familiar. O benefício inclui máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões. Aprovada, a proposta (PLS 395/11) da senadora Ana Rita (PT-ES) segue para a Comissão de Assuntos Econômicos.